



BANCO FORD S.A.

CNPJ nº 90.731.688/0001-72
Avenida José Versolato, 101 - Salas 1249/1251/1253 - São Bernardo do Campo- SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco Ford S.A. correspondentes às atividades desenvolvidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria.

A Instituição:
O Banco Ford opera como instituição desde 1996, atuando como banco múltiplo sem carteira comercial, destinado a ofertar produtos financeiros aos Distribuidores da Rede Ford para formação de seus estoques com a aquisição de veículos, peças e acessórios. Oferece como principais produtos: o financiamento de veículos novos (Floor Plan de novos); o financiamento de veículos usados (Floor Plan de usados); o financiamento de peças e acessórios (Floor Plan de peças e acessórios); Linha de Crédito Rotativo (UCL) e empréstimos de Capital de Giro.
No dia 11 de janeiro de 2021 houve o anúncio e encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil. O encerramento dessas atividades trouxe impacto relevante no volume das operações do Banco Ford com consequências financeiras. Com o anúncio de encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil, a administração do Banco Ford decidiu pela incorporação do Banco em sua controladora, Ford Credit Holding Ltda. Esse evento societário requer a aprovação do órgão regulador (Banco Central do Brasil). O Banco Ford S.A. continuará operando até a aprovação de sua incorporação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	2021	2020
Circulante	420.231	778.146
Caixa e equivalentes de caixa (Notas 2 II b e 3)	235.573	67.557
Depósitos bancários	7.126	30.555
Aplicações em depósitos interfinanceiros	228.447	37.002
Operações de crédito - setor privado	183.679	710.378
Empréstimos	187.825	721.707
Financiamentos	1.604	4.178
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	186.221	717.529
Outros créditos (Nota 6)	(4.146)	(11.329)
Diversos	979	211
Realizável a Longo Prazo	34.641	66.325
Operações de crédito (Nota 5)	2.123	2.707
Operações de crédito - setor privado	2.359	3.008
Empréstimos	-	-
Financiamentos	2.359	3.008
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(236)	(301)
Outros créditos (Nota 6)	32.518	63.618
Créditos tributários (Nota 8(a,b))	-	31.229
Devedores por depósitos em garantias	32.518	32.389
Total do ativo	454.872	844.471

O índice de Adequação de Capital (Basileia III) atingiu 44,7% ao final do semestre findo em 30 de junho de 2021 (23,30% - 12/2020), percentual acima do limite mínimo de 10,5%, exigido pelo Banco Central do Brasil. Em conformidade ao exigido pela Carta Circular 3.625 de 27/12/2013, o Banco Ford obteve autorização do Banco Central em novembro de 2015 para utilização da "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada de Risco Operacional" (ASA2) no cálculo e alocação de capital da parcela RWAO PAD a partir de janeiro de 2016. O Banco Ford manteve o rating BA1.BR para as operações de crédito em escala nacional, segundo classificação da Moody's.

O Banco Ford apresentou no 1º semestre de 2021 um prejuízo de R\$ 35.887 mil (lucro em 2020 de R\$ 13.319 mil).
Operações de Crédito:
Em conformidade com as políticas internas de crédito do Banco Ford, conjuntamente em linha com as diretrizes do Grupo Ford, que valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos, as operações de crédito atingiram ao final do semestre findo em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 190.184 mil. O índice de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no semestre findo em 30 de junho de 2021 ficou em 2,3%. Em 31 de dezembro de 2020, as operações de crédito atingiram o montante de R\$ 724.715 mil. O índice de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ficou em 1,5%.

Governança Corporativa:
O Banco Ford possui uma estrutura interna de compliance e auditoria que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas da instituição. De forma a estar alinhado com as melhores práticas do mercado, o Banco Ford participa ativamente de comitês de compliance do setor financeiro.

Ouidoria:
Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos.

Agradecimentos:
O Banco Ford agradece os acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial os nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços no transcorrer do semestre. Colocamo-nos a disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 24 de agosto de 2021. A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	21.187	49.193
Operações de crédito	18.313	46.268
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras	2.874	2.925
Despesa da intermediação financeira	(1.666)	(15.886)
Operações de captações no mercado	(7.702)	(20.472)
Reversão/(provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.036	4.586
Resultado bruto da intermediação financeira	19.521	33.307
Outras receitas/(despesas) operacionais	(24.054)	(9.329)
Impostos pagos administrativos (Nota 14(c))	(10.005)	(7.464)
Despesas tributárias (Nota 14(d))	(593)	(1.318)
Outras receitas operacionais (Nota 14(a))	797	12.677
Outras despesas operacionais (Nota 14(b))	(14.253)	(13.286)
Resultado operacional	(4.533)	23.913
Resultado não operacional	9	1
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(4.524)	23.914
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(31.363)	(10.595)
Provisão para imposto de renda	-	(590)
Provisão para contribuição social	-	(459)
Ativo fiscal diferido	(31.229)	(9.994)
Passivo fiscal diferido	134	(448)
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	(35.887)	13.319
Quantidade de ações em milhares	135.440	135.440
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação em reais - R\$	(0,26)	0,10

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Lucro líquido do semestre	(35.887)	13.319
Resultado Abrangente do semestre	(35.887)	13.319

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	(35.887)	13.319
Ajuste por:		
Ajuste de anos anteriores	-	(3.565)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.036)	(4.586)
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.049
Ativo fiscal diferido	31.229	9.994
Passivo fiscal diferido	134	(448)
Constituição (Reversão) de Contingências	12.887	(8.393)
Lucro líquido/(Prejuízo) ajustado	2.327	7.370
Adições/exclusões no resultado do semestre	(4.547)	(1.176)
Variação dos saldos dos ativos:	532.422	409.415
Redução de operações de crédito	533.319	401.352
(Aumento)/redução de outros créditos	(897)	8.063
Variação dos saldos dos passivos:	(362.186)	(146.396)
Redução de depósitos	(362.732)	(144.398)
Aumento/(redução) de outras obrigações	546	(1.998)
Caixa líquido proveniente/aplicado nas atividades operacionais	168.016	268.413
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no semestre	168.016	268.413
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	67.557	111.758
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	235.573	380.171

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Reservas de lucros	Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	150.090	30.018	2	-	227.411
Ajustes de anos anteriores	-	-	-	-	(3.565)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.319	13.319
Destinações:					
Reserva de lucro	-	-	-	(13.319)	-
Em 30 de junho de 2020	150.090	30.018	2	-	237.165
Mutações do semestre	-	-	-	-	9.754
Em 31 de dezembro de 2020	150.090	30.018	2	-	228.348
Prejuízo do semestre	-	-	-	(35.887)	(35.887)
Destinações:					
Reserva de lucro	-	-	-	35.887	-
Em 30 de junho de 2021	150.090	30.018	2	-	192.461
Mutações do semestre	-	-	-	-	(35.887)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Reservas de lucros	Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	150.090	30.018	2	-	227.411
Ajustes de anos anteriores	-	-	-	-	(3.565)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.319	13.319
Destinações:					
Reserva de lucro	-	-	-	(13.319)	-
Em 30 de junho de 2020	150.090	30.018	2	-	237.165
Mutações do semestre	-	-	-	-	9.754
Em 31 de dezembro de 2020	150.090	30.018	2	-	228.348
Prejuízo do semestre	-	-	-	(35.887)	(35.887)
Destinações:					
Reserva de lucro	-	-	-	35.887	-
Em 30 de junho de 2021	150.090	30.018	2	-	192.461
Mutações do semestre	-	-	-	-	(35.887)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

I. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Ford S.A. ("Banco") opera como banco múltiplo, com as carteiras de investimento, crédito e de financiamento. As operações do Banco são conduzidas contando com a participação de empresa ligada no que se refere à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são reconhecidos segundo critérios práticos e razoáveis, de acordo com o volume de serviços efetivamente prestados. Com o anúncio de encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil, a administração do Banco Ford decidiu pela incorporação do Banco em sua controladora, Ford Credit Holding Ltda. Esse evento societário requer a aprovação do órgão regulador (Banco Central do Brasil). O Banco Ford S.A. continuará operando até a aprovação de sua incorporação.

II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF A Resolução CMN nº 4.818/2010 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular BCN nº 3.959/2019, e entrou em 10 de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Reunião Ordinária de Diretoria em 24 de agosto de 2021.

2. Principais práticas contábeis

a) Apreciação do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os rendimentos, encargos e variações monetárias são calculados com base nas taxas de juros e índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros de alta liquidez acessadas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

São observados os dispositivos conforme a Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, na classificação quanto ao nível de risco - seguindo a política de risco de crédito do Banco.

As rendas das operações de crédito vencidas em um prazo igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN.

De acordo com a resolução 4.803 de 09 de abril de 2020, ficou permitido às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a reclassificar, para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020, nos termos do § 2º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d) Ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata) e provisão para perdas. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo circulante.

e) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no passivo circulante.

f) Contingências

São observados os dispositivos conforme a Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, que aprova o CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião da Administração, levando em consideração a opinião de assessores jurídicos, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou forense administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação desses passivos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgadas nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos índices apropriados a cada processo judicial sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

g) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. A alíquota da Contribuição Social para bancos foi elevada de 15% para 20%, para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre prejuízo fiscal (IRPJ) acumulados e sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

h) Uso de estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Nas elaborações das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas vigentes no Brasil.

i) Fluxo de Caixa

Atendendo a Resolução CMN nº 3.604 de 29 de agosto de 2008, o Banco apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa. Foi utilizado o método indireto, no qual o lucro líquido/prejuízo foi ajustado pelo efeito de receitas e despesas que não afetam o caixa, como por exemplo a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

j) Resultados não recorrentes:

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: Receitas ou despesas cuja natureza é esporádica e não esperada que ocorra em todos os exercícios sociais cuja entidade tenha operado, considerando-se um ambiente usual de negócios. Para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, os itens não recorrentes referem-se basicamente à bonus recebidos de apólices com seguradoras e leilões de veículos retomados de carteira muito antiga.

	2021	2020
Resultado recorrente	(35.876)	13.318
Resultado não recorrente	9	1
Total	(35.887)	13.319

k) EQUIVALENTES DE CAIXA - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em depósitos interfinanceiros remunerados por um percentual do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez diária. Foram pactuadas com taxas variando entre 96% a 101% do DI, com vencimento até junho de 2022.

l) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco não apresentou posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

m) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999: (a) as operações de crédito são classificadas em novo nível de risco; (b) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros aspectos, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

a) Composição por vencimento

	Percentual da carteira	2021	Percentual da carteira	2020
A vencer até 3 meses (*)	107.184	56,36	145.837	20,12
A vencer de 3 a 12 meses	76.679	40,32	574.506	79,27
A vencer de 1 a 5 anos	2.359	1,24	3.008	0,42
Vencidos	3.962	2,08	1.364	0,19
Total	190.184	100,00	724.715	100,00

b) Composição por vencimento - vencidos

	Percentual da carteira	2021	Percentual da carteira	2020
Vencidos de 15 a 90 dias	1.900	1,00	1.230	0,17
Vencidos de 91 a 180 dias	2.003	1,05	134	0,02
Vencidos de 181 a 360 dias	59	0,03	-	-
Total	3.962	2,08	1.364	0,19

c) Composição por atividade econômica - setor privado

	2021	Percentual da carteira	2020	Percentual da carteira
Comércio	190.184	100,00	724.715	100,00
Total	190.184	100,00	724.715	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Percentual	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão
A (*)	0,50	87.135	-	87.135	436
B	1,00	88.170	1.023	89.193	891
C	3,00	1.216	870	2.086	63
D	10,00	9.701	5	9.706	970
E	30,00	-	-	-	-
F	50,00	-	85	85	43
G	70,00	-	-	-	-
H	100,00	-	1.979</		

b. Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil (BACEN) de 16 de dezembro de 2009, a instituição é parte em ações de natureza civil e tributária envolvendo riscos de perdas, não registradas contabilmente, que na opinião dos assessores jurídicos, apresentam probabilidade de perda possível. Os valores mensuráveis de ações civis e tributárias com probabilidade de perda possível montam, respectivamente, a R\$ 198.286 (R\$ 185.061 em 2020) e R\$ 22.079 (R\$ 21.957 em 2020).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras receitas operacionais, no semestre, estão constituídas por multa e juros de mora sobre parcelas de crédito recebidas com atraso no montante de R\$ 157 (R\$ 358 em 2020), reversão de provisões de casos encerrados e correção de depósitos judiciais no montante de R\$ 426 (R\$ 10.385 em 2020) e outras receitas no montante de R\$ 214 (R\$ 1.934 em 2020).

b) Outras despesas operacionais, no semestre, estão constituídas por passivos contingentes no montante de R\$ 13.501 (R\$ 444 em 2020), honorários advocatícios e despesas com ações adversas no montante de R\$ 751 (R\$ 205 em 2020), e outras despesas operacionais no montante de R\$ 1 (R\$ 12.637 em 2020).

c) Outras despesas administrativas, no semestre estão constituídas por despesas com comunicações, taxas, manutenção, condomínio, despesas com alugueis, serviços de terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 10.005 (R\$ 7.467 em 2020).

d) Despesas tributárias, no semestre estão constituídas por despesas com PIS e COFINS, no montante de R\$ 593 (R\$ 1.318 em 2020).

Efeitos da Pandemia - COVID-19: A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

15. GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Banco implantou a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, com a finalidade de medir, controlar, monitorar e mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da oscilação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Atualmente, todas as operações do Banco Ford estão classificadas na carteira Banking. Está fora do escopo dos negócios do Banco Ford operações classificadas na "carteira de negociação" (trading book) destinadas a revenda, obtenção de benefícios de movimento de preços, ou realização de arbitragem.

No processo de gerenciamento de risco de mercado o Banco Ford utiliza-se dos seguintes modelos: IRRBB - Interest Rate Risk in the Banking Book (AEVE - Economic Value of Equity e ANIL - Net Interest Income), marcação a mercado, teste de validação do modelo (back testing), testes de estresse e análise de sensibilidade, que são apresentados periodicamente à Diretoria do Banco Ford.

DIRETORIA

MARCOS VALÉRIO DOS REIS DENEGATI

DENIS EDUARDO ARDENGHI

ANDRÉA TEIXEIRA PINTO

CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA

ALESSANDRA BRITO FUJOKA - CRC ISP277982/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Ford S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ford S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ford S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil**

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve o anúncio de encerramento das atividades de manufatura da Ford Motor Company no Brasil. Por consequência, a administração do Banco Ford S.A. decidiu pela incorporação do Banco em sua controladora, Ford Credit Holding Ltda. Esse evento societário requer a aprovação do órgão regulador (Banco Central do Brasil). O Banco Ford S.A. continuará operando até a aprovação de sua incorporação. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Com relação aos testes de estresse e análise de sensibilidade, os mesmos são realizados trimestralmente, e consistem na análise dos impactos às variações de um ou mais parâmetros de mercado na sua carteira banking, em especial às taxas de juros. Os testes de estresse na análise de sensibilidade avaliam:

a) choque na estrutura a termo da taxa de juros: Neste cenário a estrutura a termo da taxa de juros (relação entre a taxa de juros e a maturidade da aplicação) é construída conforme a expectativa de mercado da taxa média de Depósito Interbancário (DI), considerados os contratos de DI futuro. Isso reflete o custo do dinheiro no tempo para cada vencimento disponível. No cenário de estresse são aplicados choques a estrutura a termo da taxa de juros para deslocamentos da curva de juros, para recalcular o valor marcado a mercado (MtM) da carteira na data base analisada. A estimativa de ganho ou perda da exposição total é a diferença entre o valor MtM apurado pelas taxas de juros stressadas e o valor MtM apurado pelas taxas de mercado do cenário real. O resultado do estresse é comparado ao patrimônio para avaliação da instituição.

b) choques regulatórios em conformidade com Circular 3.365/07: Neste cenário, estima-se a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e, estima-se o percentual da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao patrimônio.

Nota: De acordo com a Resolução BCB nº 48 de 10/12/2020, a Circular nº 3.876/2018 passa a ser aplicável para as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4), e o Banco Ford passou a apurar o "EVE a partir de 1º de fevereiro de 2021 e, os testes de estresse com base nas premissas mencionadas acima serão realizados até a data base de 31 de dezembro de 2021, considerando a revogação da Circular nº 3.365/2007, a partir de 1º de janeiro de 2022.

16. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Banco implantou a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, definida como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Banco Ford atribui responsabilidade aos empregados e colaboradores da instituição, para informar a ocorrência de falhas referentes ao risco operacional, bem como ser transparente no que se refere ao seu questionamento.

As informações coletadas são compiladas na matriz de risco operacional e o resultado é apresentado periodicamente nas reuniões de Diretoria (Board) do Banco Ford, para ciência e acompanhamento dos eventos capturados, através de planos de ação traçados nas áreas responsáveis, para mitigação das exposições significativas e perdas associadas.

17. GESTÃO DE RISCOS DE LIQUIDEZ

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Banco implementou a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, com o objetivo de manter a liquidez e a segurança do seu capital.

Compete à Diretoria do Banco Ford revisar e discutir a projeção de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de financiamento, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez.

18. GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Banco implantou a Política de Risco de Crédito, com o objetivo de documentar claramente as estratégias que estabeleçam limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição.

O Banco tem como parte de sua estrutura organizacional o Comitê Administrativo de Crédito (ACC), constituído por integrantes das áreas de Vendas no Atacado, Análise de Crédito, Finanças, Jurídico e membros da Diretoria. Compete ao Comitê Administrativo de Crédito analisar, revisar e tomar decisões associadas às operações de crédito de Concessionárias Ford e Concessionárias Troller.

A Política de Risco de Crédito do Banco é constituída por mecanismos, sistemas e procedimentos de Gerenciamento de Risco de Crédito que englobam a avaliação financeira, econômica, ambiental e fiscal do cliente, individualmente e do Grupo Econômico, através das análises de demonstrações contábeis, área de atuação, análise do estoque de veículos da Concessionária e garantias. Além dos processos anteriormente citados, o Banco faz a consulta do cliente em órgãos públicos e empresas privadas, com a finalidade de reduzir o risco de crédito e obter informações atualizadas sobre a atuação do cliente junto ao mercado.

19. GESTÃO DE CAPITAL

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, o Banco implementou a Estrutura de Gestão de Capital, visando o contínuo monitoramento e controle do seu capital, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que está exposto e o planejamento de metas e objetivos estratégicos da Instituição. O Banco utiliza uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado e da economia. O capital do Banco é gerenciado no cenário atual e projetado para cobertura de todos os riscos aos quais está sujeito, além das demais exigências legais e regulatórias. O Banco mantém capital compatível ao resultado destas avaliações, reportado periodicamente à Diretoria.

Conforme Resolução 4.193, de 1º de março de 2013, o Banco mantém Patrimônio de Referência mínimo e Adicional de Capital Principal sobre o total de ativos ponderados ao risco (RVA), relativos às parcelas RWACPAD e RWAADPAD, e mantém capital suficiente para cobertura da exposição ao risco de taxa de juros de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). O Banco Ford não possui operações classificadas na parcela RWAMPAD.

O Banco Ford possui capital total classificado em capital principal, conforme nota 10 e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

20. GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo a Resolução 4.327 de 25 de abril de 2014, o Banco implementou a Política de Responsabilidade Socioambiental que tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes, procedimentos e responsabilidades a respeito das práticas socioambientais deste banco, relacionadas à sua atividade e às partes interessadas, como clientes, colaboradores internos e outros parceiros de negócio.

Outras informações sobre gerenciamento de riscos no site: www.bancoford.com.br.

CONTADORA

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.